

FIGUEIRÃO

Terrorismo, o “jeito Rosalim 3R” de governar



Primeira-dama Graciela e prefeito de Figueirão Rogério Rosalim

Prefeito sanciona Projeto de Lei ‘Prata da Casa’ criado pelo vereador Aloizio Targino

Em sessão ordinária realizada no último dia 10 de abril, na Câmara Municipal de Camapuã, foi aprovado por unanimidade pelos vereadores, o Projeto de Lei “Prata da Casa”.

O PL já foi sancionado pelo Prefeito Municipal Delano Huber (PSDB), de acordo com publicação no Diário Oficial do dia 13 de abril.

Página 3

ELEIÇÕES 2018

Reinaldo e André seguem embolados em pesquisa para o governo do Estado

Pesquisa do Ipems (Instituto de Pesquisas de Mato Grosso do Sul Ltda.) realizada com 1.200 eleitores em 40 municípios no período de 14 a 20 deste mês, mostra equilíbrio entre os três principais pré-candidatos a governador na preferência do eleitorado do Estado.

Se o pleito fosse hoje, não daria para apostar em quem iria ao segundo turno.

A diferença numérica de um pré-candidato em relação ao outro é pequena.

Hoje, o juiz federal aposentado Odilon de Oliveira (PDT) lidera com 33,94% das intenções de voto, sendo perseguido de perto pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB), com 25,50%, e pelo ex-governador André Puccinelli



(MDB), com 25,43%.

Como a margem de erro é de 2,83 pontos percentuais para mais ou para menos sobre o resultado total da amostragem, os números indicam a inexistência de um pré-candidato favorito para a sucessão estadual.

A vantagem de 8,44 pontos percentuais de Odilon sobre Azambuja e

de 8,51 pontos sobre André não é tão grande como parece quando se aplica a margem de erro de 2,83 pontos para mais ou para menos.

Ela pode se tornar extensa, no entanto, se esta margem for favorável apenas ao juiz.

As informações são do Correio do Estado.

Os diversos segmentos da comunidade estão perplexos e decepcionados com o tratamento que é dado a quem cai na antipatia ou no desgosto do prefeito Rogério Rosalim da 3R. Tanto faz se a antipatia tem algum pretexto ou se é gratuita. Também tanto faz se o desgosto é pela cor dos olhos, pela opção política ou por exercer o direito de discordar ou de não concordar com as coisas impostas pelo Executivo.

Quem faz estas afirmações não é nenhum vi-

sitante, não é nenhum curioso, não é nenhum inimigo pessoal ou político. É gente que vive e constrói Figueirão. É gente que trabalha, estuda, defende e produz dentro de Figueirão. Enfim, é gente que pensava conhecer Rogério da 3R e agora descobre que Rogério da 3R é outra pessoa.

Isso é normal. Há pessoas que só se conhece de verdade depois que dão o poder e a fama a ela. É revoltante. Pior: é triste. Revoltante e triste, porque a conduta perversa de um prefeito que usa sua estada-

no poder para perseguir os mais fracos e privilegiar os apaniguados expõe todo um Município ao vexame estadual e, talvez, nacional.

Afinal de contas, o lugar cujos habitantes se orgulham de ser reconhecido no país como a terra de areia santa passa a ser identificado também como o reino de um executivo que patrocina retaliações, vingança e ameaças contra os munícipes, que persegue servidores públicos, colocando-se acima dos homens e da lei.

Página 3

CAMAPUÃ

Com recurso próprio, Prefeitura compra caminhão basculante

Com o objetivo de modernizar a frota e dar suporte para a realização de serviços nas estradas vicinais e nas ruas da cidade, a Prefeitura adquiriu um caminhão basculante 0 km que já está no município. O investimento foi de R\$ 328 mil provenientes da própria Prefeitura. O veículo é da marca Volkswagen, modelo 26-280 6x4, com cabine tipo avançada basculável metálica, 06 cilindros eletrônico e já está à disposição da Secretaria de Infraestrutura e Serviços.

Página 8



ALCINÓPOLIS

Município comemorou aniversário com Festa de Peão

Página 5

BANDEIRANTES

Município é contemplado com mais uma Patrulha Mecanizada

Página 6

ECONOMIA

Deputado Dagoberto defende áreas de livre comércio e banco do Centro-Oeste

Página 7

POLÍTICA

Senador Pedro Chaves consegue a inclusão da educação alimentar nas escolas

Página 7

FIGUEIRÃO

Até pregão de transporte escolar é usado para perseguir uns e beneficiar outros

Página 3

O USO DOS NOMES EM VÃO

Gaudêncio Torquato *

“Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão”. (Êxodo, capítulo 20, versículo 7).

O estágio civilizatório de um povo é medido por grandes e pequenos atos, entre as quais avanços, descobertas, tecnologia, desenvolvimento econômico e social, este último compreendendo formas de pensar e de agir, atitudes e gestos. A cultura política, portanto, deriva da forma de pensar e agir daqueles que dela participam, representantes do povo, governantes e simpatizantes, entrando aqui os militantes.

Quando esses grupos as-

sumem posições que descambam para o perigoso terreno da galhofa, é razoável intuir que a régua civilizatória do território em que habitam está meio torta. Algo parece fora do tom. Sinais extraídos dos climas emotivos que animam bandas partidárias apontam para resquícios de barbárie, passos erráticos, movimentos canhestros, coisas ridículas. Querem um exemplo?

A decisão de deputados e senadores do PT de solicitar aos presidentes das duas Casas congressuais a adição do nome Lula às suas respectivas designações parlamentares. Na contrapartida, adversários começam a solicitar que também a seus nomes seja agregado o sobrenome Moro, em referência ao prestigiado juiz Sérgio, de

Curitiba. Uma ridicularia de primeira grandeza. Manobra oportunista, demagógica, sob o cobertor de um marketing mentiroso a ser intensificado nos próximos tempos, face à polarização aberta e ao tiro-teio recíproco entre as alas do lulo-petismo e adversários encastelados em alguns partidos. Na ponta direita, a decisão destemperada dos petistas gera também a incorporação do sobrenome Bolsonaro aos nomes dos parlamentares alinhados ao presidencialável e deputado Jair.

Uma comédia. Ou, para outros, uma farsa.

É evidente que a incorporação de sobrenomes e apelidos aos nomes próprios de conjuntos parlamentares faz parte do jogo de pressões e contrapressões que

permeará todo o processo eleitoral, que ora se inicia. Que significado os recém batizados tentam impingir ao eleitor? A luta do Bem contra o Mal. Cada lado quer aparecer como o Bem. Todos vestem a pele do mocinho, deixando o traje de bandido para o outro. Repúdio a Darth Vader e aplausos para Luke Skywalker, de Star Wars. Robin Hood contra os ricos. Mas a questão é: quem pode no PT envergar o manto de Robin Hood quando se sabe que este partido se meteu na rapinagem geral? As bandas tentarão amplificar seus slogans até as eleições.

Como é sabido, a Operação Lava Jato, em curso, é um processo de corrupção sistêmica que se desenvolveu na era lulo-petista-dilmista,

na sequência de outra operação chamada de mensalão. Partidos e grupos entraram nesse rolo. E hoje quem mais luta para aparecer como os limpos, os assépticos, os vestais, os donos da ética e da moral? Os petistas, com apoio de partidos que não se envergonham de ecoar o mito Lula. Foi o que se viu durante o comício de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, antes de sua decisão se entregar à Polícia Federal. O Brasil viu um momento triste – a prisão de seu maior líder popular – se transformar em um espetáculo onde não faltaram emoção, bandeiras vermelhas e agressão. Lula é realmente um craque. O que deveria ser velório ganhou clima de festa. E com as bênçãos de religiosos.

O fato é que as “qualidades morais” dos protagonistas da esfera eleitoral serão exibidas, sob uma teia de simulações e dissimulações, versões sem eira nem beira, e, pior, com a apropriação de sobrenomes de outros. O eleitor menos esclarecido poderá ser engabelado. Seu voto seria também em personagens que não o representam. Arrematada mistificação.

Ninguém será inocente usando o nome de Deus em vão, diz a Bíblia. Na esfera política, os oportunistas terão mais chance de entrar nos desvãos do inferno.

(*) É jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudtorquato

STF: ENTRE O DIREITO E O PODER-DEVER DE NÃO ERRAR CONTRA A CONSTITUIÇÃO

Márcio Soares Berclaz (*)

Decisão ruim, qualquer que seja, sempre deve ser revista, especialmente quando repercute e viola direitos fundamentais relacionados à liberdade. Não importa onde, não importa como: apenas quando. Estabilidade e “segurança jurídica” devem ceder quando se está diante do erro, quando se sabe - ou se deveria saber - que o limite da linguagem e do “texto” da norma foi franca e vergonhosamente ultrapassado em prol de um “programa” eficientista-utilitarista em nome de um arbitrário alargamento do presente (o mesmo que, esquecendo o passado, compromete o futuro). Não só ao jurista, mas ao cidadão em geral, há de interessar a compreensão de que uma das garantias processuais penais mais importantes e estruturantes passa pela presunção de não culpabilidade, tal como inscrito no imperativo comando do artigo 5o, LVII, da Constituição: “ninguém será considerado culpado

até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. É frágil e insustentável a posição atual de uma frágil “maioria” do Supremo Tribunal Federal, que, rompendo com quase duas décadas de tradição constitucional, desde o julgamento do Habeas Corpus 126.292, e com continuidade no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43/44, resolveu permitir a execução provisória da decisão penal condenatória, de modo explicitamente contrário ao texto da Lei Maior da República.

A garantia de que a culpa só se tem por definitivamente construída quando se trata de uma condenação não mais submetida a qualquer tipo de recurso integra o postulado da presunção da não culpabilidade. Há de se reconhecer a irreversibilidade de pretender-se executar uma sanção ainda não acabada e, portanto, sujeita à revisão, quando não à anulação. Para um ordenamento jurídico-constitucional que, desde

1988, optou pelo rigoroso critério do “trânsito em julgado” e não pela simples ideia de “duplo grau de jurisdição”, não se admitem atalhos. Esses açodamentos, infelizmente tão próprios aos tempos de exceção, sempre cobram um alto preço para a democracia.

Uma Corte Constitucional existe justamente para exercer filtro e controle de legitimidade de tudo que pode se mostrar contra a Constituição, não para fomentar o desrespeito a valores constitucionais. É justamente porque “não se pode dizer qualquer coisa sobre qualquer coisa”, como ensina Lenio Streck, que essa inaceitável “mutação constitucional” precisa ser modificada. Até lá, não haverá paz hermenêutica e estará o STF na condição não mais de “guardião”, mas de carrasco dos limites semânticos da própria Constituição cuja força normativa deveria ser o primeiro a zelar. Um problema que o STF criou, como se poder constituinte fosse, uma “interpretação contra a

Constituição”, é o próprio STF que precisará resolver rediscutindo o assunto colegiadamente. O respeito a uma garantia constitucional não pode estar a mercê de um verdadeiro lance de sorte (ou azar): a concessão ou não da liminar a depender de quem julga. Fazer isso não implica de modo algum em “apequená-lo”, muito pelo contrário. Se essa não é uma “expectativa social”, certamente é uma necessidade jurídica. Corrigir erros é a lição de humildade democrática compulsória para quem tem o poder de dizer e decidir o direito por último e que, justamente por isso, nesse mister, deve evitar errar por último, especialmente quando esse erro é grave e flagrantemente predatório da Constituição (e, via de consequência, da própria ideia do que seja o Direito).

(*) É doutor em Direito pela UFPR. Professor de Processo Penal no curso de Direito da Universidade Positivo (UP)

OPERADORAS TAMBÉM TÊM RESPONSABILIDADE QUANDO ASSUNTO É WHATSAPP

Rafael Zanatta*

Há poucas semanas, a empresa de segurança PSafe divulgou mais uma forma de “golpe” no WhatsApp. Desta vez, a fraude utiliza como isca o maior ícone do futebol brasileiro: Neymar.

Primeiro, a pessoa recebe uma mensagem para baixar um “app” para “escalar Neymar” em um time internacional e mudar a tela de fundo do WhatsApp. Ao selecionar a opção desejada, a pessoa é informada que, para mudar a tela de fundo, deve enviar a mensagem para 15 pessoas de sua lista de contatos. Com isso, o “Escale Neymar” propaga-se.

Para concluir a ação, o aplicativo pede que a pessoa coloque o número de telefone móvel. Assim, o golpe se completa.

Com a expectativa de mudar a tela de fundo do WhatsApp, o consumidor, na

realidade, passa a contratar o serviço adicional de R\$ 3,99 por semana da “Mobsfun”, uma subsidiária da empresa de conteúdo “Interact2media”, registrada em Singapura.

Golpes parecidos foram realizados em 2017, envolvendo falsas campanhas de contratação dos supermercados Carrefour e falsos prêmios de ovos de páscoa da Copenhagen. No final de setembro, mais uma tática foi divulgada envolvendo falsos prêmios do Boticário.

Nos dois casos - Carrefour e Copenhagen -, mais de 500 mil pessoas caíram no golpe em apenas um dia, o que demonstra a alta capacidade de propagação dessas fraudes pelo WhatsApp. Se - hipoteticamente -, todas essas vítimas “contrataram” o serviço adicional mascarado, houve uma arrecadação ilícita de quase 2 milhões de reais.

Muita atenção é dada a

dicas de segurança e uso de antivírus no celular, mas há uma questão mais intrigante nesses casos que precisa ser respondida: se os R\$ 3,99 são descontados do crédito pré-pago ou adicionados em contas pós-pago de telefonia móvel, que papel possuem as operadoras?

A lógica é simples. Para que a Mobsfun receba os R\$ 3,99, há um contrato com a operadora que permite que os “créditos” virem pagamento. O golpe só acontece pois há canais lícitos de transmissão desses recursos.

Mesmo que o contrato seja feito com um agregador - uma empresa que reúne vários desenvolvedores de serviços adicionais -, não é papel das operadoras monitorar recursos obtidos por golpes em WhatsApp?

A questão fica ainda mais preocupante quando se considera que, nos contratos feitos entre operadoras (ex: Claro, Vivo, TIM e Oi), agregadoras (intermediários) e desenvolvedores (ex: Mobsfun), há repasse de valor para cada um deles. Com isso, levanta-se a hipótese de que o golpe beneficia não só a Mobsfun, mas toda a cadeia de serviços adicionais.

Atualmente, o mercado de serviços adicionais é autorregulado pelo Mobile Ecosystem Forum, um fórum que envolve as principais empresas do setor, respon-

sável pelo código de conduta das cobranças de serviços adicionais.

Ao que tudo indica, o MEF possui um sistema de habilitação frágil. Só é possível identificar o desenvolvedor fraudulento e retirar seu registro para pagamento após várias denúncias formais, por meio de um procedimento não claramente identificado. Até que isso aconteça, os golpes se espalham rapidamente.

Responsabilizar os consumidores por terem caído nesses golpes é ignorar a condição de vulnerabilidade de muitos cidadãos. É contra um princípio básico do direito consumerista brasileiro, reconhecido por todos os tribunais do Judiciário.

As operadoras precisam imediatamente identificar quem são os desenvolvedores de serviços adicionais que se utilizam de táticas fraudulentas de contratação, eliminando-os do circuito de pagamento.

Caso não consigam desabilitar os atores fraudulentos pelo MEF, precisam ser responsabilizadas pela omissão e por aumentarem a vulnerabilidade se seus consumidores, em violação aos princípios do Código de Defesa do Consumidor.

(*) É advogado e pesquisador em telecomunicações do Idec

EDITORIAL

JUSTIÇA QUE FALHA PORQUE TARDA

Nos últimos dois meses, o Supremo Tribunal Federal deu mais razões para a prerrogativa de foro – a regra pela qual detentores de certos cargos, eleitos ou por nomeação, sejam julgados apenas pelos tribunais superiores, especialmente o STF – seja realmente chamada pelo seu nome popular, “foro privilegiado”. O privilégio, no caso, é o de escapar das mãos da Justiça.

Em fevereiro, o ministro Marco Aurélio Mello mandou arquivar, a pedido da Procuradoria-Geral da República, um inquérito contra o senador Romero Jucá (MDB-RR) – aquele do “grande acordo nacional, com Supremo, com tudo” – em que ele era investigado por desvio de recursos públicos: Jucá teria recebido comissão por obras realizadas entre 1999 e 2001 no município de Cantá. Como o crime de peculato pode render um máximo de 12 anos de prisão, a prescrição ocorre em 16 anos depois do cometimento do crime, de acordo com o artigo 109 do Código Penal. Ou seja, o crime prescreveu e, diante disso, não restava mais nada a fazer a não ser a solicitação de arquivamento pela PGR e a aceitação do pedido por Marco Aurélio.

A prescrição significa que o Estado abriu mão da sua pretensão de punir, por pura lentidão. No caso de Jucá, o Supremo recebeu o pedido de investigação em abril de 2004. Em todos esses anos, a corte foi incapaz de conduzir o processo de modo que Jucá acabasse julgado pelos crimes de que era suspeito. O dano causado pela prescrição é tamanho que foi apontado até pela defesa de Jucá. “Em vez de afirmar a inocência, infelizmente fica a história que foi por prescrição”, disse o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. De fato: é mais evidente o estrago que a prescrição causa quando o acusado é realmente culpado, porque se consagra a impunidade, mas, se o suspeito for inocente, a prescrição não retira a dúvida que fica pairando sobre sua conduta e que talvez jamais seja sanada diante da opinião pública.

Na última terça-feira, dia 17, foi a vez de o ministro Celso de Mello mandar arquivar um outro processo, desta vez envolvendo o deputado Flaviano Melo (MDB-AC). Este caso estava em um estágio bem mais avançado que o de Jucá, pois Melo, acusado de participar de um esquema de desvio com funcionários do Banco do Brasil entre 1988 e 1990, quando era governador do Acre, tinha se tornado réu em 2002 – cinco anos depois, com sua eleição para a Câmara, o processo subiu para o Supremo, onde ficou nas mãos de Mello por dez anos sem que fosse julgado, apesar dos insistentes pedidos da PGR e do fato de o processo estar concluído (ou seja, as alegações finais da acusação e da defesa já tinham sido feitas) desde 26 de maio de 2008.

Também diferentemente do caso de Jucá, o crime de que Melo era acusado ainda não tinha prescrito, mas isso estava prestes a acontecer, em junho deste ano. Celso de Mello alegou que a denúncia era “genérica” e que não havia “justa causa” para a continuação do processo, motivo pelo qual ele deveria ser arquivado. Mas o relator não explicou por que levou quase dez anos para chegar a uma conclusão aparentemente tão simples. A PGR ainda pode recorrer do arquivamento, mas a essa altura já é o caso de perguntar de que serviria prolongar um desfecho que se mostra inevitável.

Esses dois casos mostram como a Justiça pode falhar porque tarda. Mesmo o acúmulo de processos no Supremo – que não é apenas corte constitucional, mas é chamado a decidir sobre praticamente tudo, inclusive questões penais – não justifica que as acusações contra políticos sejam tratadas desta forma. Ao ver o “não desfecho” do inquérito contra Jucá e do processo de Flaviano Melo, o brasileiro teme por fim semelhante nos processos da Lava Jato que envolvem políticos com foro privilegiado – e cujo revisor é justamente Celso de Mello, que tão duro havia sido com os acusados do mensalão, tendo proferido alguns dos votos mais enfáticos na descrição do esquema como um “projeto criminoso de poder”. Que os ministros do Supremo percebam e retifiquem o quanto antes essas atitudes que transformam a corte em um buraco negro no qual as acusações contra poderosos acabam sugadas e jamais voltam à luz.

GAZETA DO POVO

EXPEDIENTE



Fundado em 03 de agosto de 1980

Jornal Folha Regional Ltda

CNPJ 15.381.049/0001-09 - Insc. Mun. 00516
Rua Bonfim, 295 - Ap. 12 - Centro - Camapuã - MS
Diagramação: Clayton Marcondes - 99805-5477

A redação não se responsabiliza por conceitos de artigos assinados.
Os originais mesmo não publicados não serão devolvidos

FIGUEIRÃO

Terrorismo, o “jeito Rosalim 3R” de governar

Os diversos segmentos da comunidade estão perplexos e decepcionados com o tratamento que é dado a quem cai na antipatia ou no desgosto do prefeito Rogério da 3R.

Tanto faz se a antipatia tem algum pretexto ou se é gratuita. Também tanto faz se o desgosto é pela cor dos olhos, pela opção política ou por exercer o direito de discordar ou de não concordar com as coisas impostas pelo Executivo.

Quem faz estas afirmações não é nenhum visitante, não é nenhum curioso, não é nenhum inimigo pessoal ou político. É gente que vive e constrói Figueirão. É gente que trabalha, estuda, defende e produz dentro de Figueirão. Enfim, é gente que pensava conhecer Rogério da 3R e agora descobre que Rogério da 3R é outra pessoa.

Isso é normal. Há pessoas que só se conhece de verdade depois que dão o poder e a fama a ela. É revoltante. Pior: é triste. Revoltante e triste, porque a conduta perversa de um prefeito que usa sua es-

tada no poder para perseguir os mais fracos e privilegiar os apaniguados expõe todo um Município ao vexame estadual e, talvez, nacional.

Afinal de contas, o lugar cujos habitantes se orgulham de ser reconhecido no país como a terra de areia santa passa a ser identificado também como o reino de um executivo que patrocina retaliações, vingança e ameaças contra os munícipes, que persegue servidores públicos, colocando-se acima dos homens e da lei.

Não é preciso ir muito longe para atestar essa deprimente realidade política, administrativa e, o que é pior, de ordem pessoal. Basta informar-se sobre tudo o que vem ocorrendo em relação ao sobrenome Fernandes e ao tratamento que é dado a esta família pelo Poder Executivo, por ordem do prefeito e acatamento imediato de seus ajudantes de ordens e bajuladores.

Há quem deduza que esse comportamento de ditador de republiqueta ou feitor de escravos tenha sido lapidado nas lides de administrador de

fazenda, papel que exerce na 3R. Se não é pela truculência e pela chibata comportamental, os seus argumentos, quando contrariados, se apegam à fofoca, à maledicência e a falsidade. Um hábito, ao que tudo indica, difícil de corrigir. Até porque, presume-se, não há esta vontade, o prazer de viver está em ser e em continuar assim.

É quase impossível acreditar que alguém se divirta ou se sinta realizado quando prejudica o próximo, não importa se adversários políticos, desafetos pessoais ou até pessoas inocentes. Seres humanos que deveriam ser respeitados porque são, acima de tudo, seres humanos, sofreram e sofrem horrores com perseguições e agressões desse tipo que é cultivado pelo administrador de Figueirão e da 3R.

Ainda está presente na memória da população um fato que abalou o Município, quando o jovem Neilo Cunha, cheio de ideais e ideais, que amava sua cidade e tinha sido vereador e prefeito, foi acometido de



Prefeito de Figueirão Rogério Rosalim

grave doença. Na época, os fofoqueiros de plantão, mensageiros da desgraça alheia, não deram trégua, se aproveitaram daquele momento de dificuldade de toda uma família e tripudiaram, lançando seu veneno na direção de uma pessoa fragilizada e que sequer podia se defender.

É, infelizmente, esta reali-

dade que desafia as pessoas de bem que constituem a esmagadora maioria dos figueirãoenses. A legitimidade que Rogério da 3R ganhou nas urnas para assumir o poder é a mesma que está nas mãos da comunidade, do Ministério Público, da imprensa livre e da Justiça para arrancá-lo desse trono almofadado de arro-

gância, vaidade, perversidade e desumanidade.

Figueirão está alerta e não vai deixar barato. Quer retomar dias dignos e honrados em seu Executivo, respirar justiça e devolver os maus e tiranos aos sóbrios abrigos de onde saiu para buscar um poder do qual é o menos recomendável representante.

Até pregão de transporte escolar é usado para perseguir uns e beneficiar outros

O povo ordeiro e empreendedor de Figueirão está abismado com alguns fatos que colocam em questionamento o espírito público, a isenção político-administrativa e a responsabilidade do prefeito Rogério Rosalim. Um desses fatos foi o pregão presencial da prefeitura (de número 01/2018, no processo 1474/2017), no dia 19 de janeiro deste ano, para contratar serviços de transporte escolar.

Apresentaram-se ao pregão Elito Rodrigues Fernandes, Marcelo Rodrigues de Freitas e Z Paes Transporte, microempresas que, de acordo com o secretário municipal de Educação, professor Patrick Talhina do Amaral, estavam habilitadas a participar do processo. Elas cumpriram as exigências do edital de licitação, inclusive com o laudo atestando que até três dias antes do pregão haviam feito a visita técnica às linhas rodoviárias na companhia de

servidor da Prefeitura. O laudo foi assinado pelo próprio secretário.

Com tudo normalizado, o pregão se iniciou. Entretanto, logo na abertura dos documentos começou a novela. O pregoeiro Wildon Alves Evangelista indeferiu a papelada da empresa Elito Rodrigues Fernandes, com a alegação de que o atestado deveria ser retirado no prazo de 72 horas. No atestado constavam o registro da hora e data da sua retirada, no dia 16, às 16 horas. Estranhamente, alegando estar fora do prazo, o pregoeiro suspendeu um documento que o secretário havia reconhecido e atestado sua validade. O edital não definia o prazo em horas, mas em três dias.

Mesmo insistindo sem sucesso para provar na sua reconhecida razão e com sua empresa absurdamente desclassificada, Elito Fernandes acionou o advogado Alesandro

Consolaro e procurou a assessoria jurídica da Prefeitura na esperança de resolver a questão de forma amigável. Também não adiantou. Assim, sua última opção foi mesmo recorrer ao Ministério Público para defender seus direitos, impetrando um mandado de segurança; A promotoria de Justiça fez seu papel e encaminhou a demanda ao Juiz de Direito. Este, deu parecer favorável ao impetrante e reconheceu o direito reclamado.

Mas nem a decisão da Justiça foi suficiente para garantir ao microempresário sua presença na prestação dos serviços. Como as linhas eram divididas em três lotes e Elito ficou com um lote de cinco linhas, era preciso providenciar mais veículos e motoristas. Ao sair à procura de profissionais e veículos não encontrou ninguém disponível e nenhum carro, sequer para locação. Então descobriu que estava no alvo de uma cruel e im-

placável perseguição pessoal e política por parte do chefe do Executivo Municipal.

O prefeito Rogério Rodrigues Rosalim, que ganhou fama como administrador da Fazenda 3R, não se conformou em ver sua maldade administrativa do pregão ser derubada na Justiça e afrontou o juiz de Direito: Logo que foi notificado da decisão do magistrado de reabilitar o microempresário Elito para fazer o serviço, Rosalim reuniu os condutores e proprietários de veículos escolares para detalhar sua vingança e fazer ameaças. Garantiu que Elito não seria contratado porque não tinha veículos e nem funcionários para o serviço e avisou que a administração municipal não perdoaria se algum dos presentes o ajudasse de alguma forma, com retaliações que incluem atraso nos pagamentos dos contratos, rigor máximo na fiscalização e até restrição total a trabalhos

nessa área em 2019.

A comunidade de Figueirão foi às urnas em 2016 acreditando que teria um governante à altura para cumprir suas obrigações na defesa do interesse público e na administração responsável, democrática e transparente. Hoje, diante de fatos como o que se verificou no pregão do transporte escolar, com o Executivo beneficiando uns e prejudicando outros que gozam dos mesmos direitos, cabe a esse gente laboriosa e honesta questionar quais os motivos para a perseguição a um cidadão, contribuinte e trabalhador capaz e experiente, que há mais de 13 anos vem prestando serviços eficientes no transporte escolar.

Mais perguntas que devem martelar a consciência do prefeito: porque no município as linhas terceirizadas agora são licitadas por lotes, se em 2017 era apenas um com todas as linhas? Porque só uma empresa,

a de Marcelo Rodrigues de Freitas, participou do pregão no ano passado? Porque a empresa Z Paes Transporte concorreu no pregão se não possuía veículo para prestar o serviço, além de ter como representante uma pessoa que até poucos meses era funcionário da Fazenda 3R, da qual Rogério Rosalim é o gerente administrativo? E porque o prefeito reuniu os prestadores de serviço para ajuda-los a prejudicar Elito Fernandes, ameaçando-os de retaliação por parte da Prefeitura?

O município de Figueirão não é este mau exemplo que vem sendo dado com perseguições políticas e administrativas contra uns e favorecimento a outros, tanto por parte do prefeito como de assessores do Executivo. O voto que se recebe precisa ser honrado em todas as circunstâncias, principalmente quando o beneficiário põe em jogo sua palavra e é desafiado a honrá-la.

RIBAS DO RIO PARDO

Cras lança o projeto Doce Menina

Com o objetivo de resgatar vínculos e valores que se perderam na sociedade contemporânea, na última quinta-feira (19), a Prefeitura de Ribas do Rio Pardo, através da Secretaria de Assistência Social e Cras lançou o projeto “Doce Menina”, que é voltado para adolescentes da cidade em situação de vulnerabilidade social com o objetivo de oferecer informações e conscientizá-las sobre os riscos de gravidez e consumo de drogas.

Participaram do lançamento o Prefeito Paulo Cesar Lima Silveira, a Primeira Dama Graziela Fontebassi, a Secretária de Assistência Social Juliana Meza, Coordenadora do Centro de Referência à Assistência Social (Cras) Tânia Maria, a Assistente Social e criadora do projeto Jaqueline Pereira Arimura, o representante do Ministério Público Paulo Henrique Rezende e o Pastor da primeira Igreja Batista de Ribas do Rio Pardo Fraz Julg e sua esposa Edina Julg.

O projeto Doce Menina



será desenvolvido no Cras com meninas adolescentes de 10 anos a 17 anos e 11 meses. Segundo a Assistente Social e criadora do projeto Jaqueline Arimura, a intenção é que sejam atendidas, pelo menos, 30 meninas e já são 19 escritas. “É um trabalho de amor com elas, por isso haverá também atendimento individualizado para cada uma. Abordaremos assuntos como prevenção às drogas, sexualidade, gravidez na adolescência, alcoolismo, cidadania, meio ambiente, autoestima, beleza feminina, virtudes e valores da mulher, conhecimento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a valorização da Educação (Escola)”, disse

Jaqueline.

Jaqueline Arimura ressaltou que os encontros serão todas as quartas-feiras no período da tarde. “Em todos os temas serão realizadas ações como atividades em grupos, estudos e busca de soluções para os problemas delas, planejamento de ações comunitárias que é a participação de todas nas ações propostas durante o projeto e apresentação das atividades desenvolvidas nas escolas, SCFV e comunidade local”.

Quem quiser participar pode se dirigir até o CRAS, localizado à rua José Coletto Garcia, durante o horário comercial, de segunda à sexta-feira.

JARAGUARI

Prefeitura adquire equipamentos novos para o esporte

A Prefeitura de Jaraguari, através da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, adquiriu novos equipamentos para a manutenção do Estádio Municipal Candor Ferreira de Souza, o famoso “Candorzão”. Foram adquiridos alguns materiais como: trator cortador de grama, pulverizador costal, equipamentos para jardinagem, roçadeira e lavadora de alta pressão. Estiveram presentes as seguintes Autoridades: Secretário de Educação, Cultura e Esporte srº Odil de Souza Brandão e o Secretário de Administração e Finanças, srº Leônidas Nunes Santana.

“Estes equipamentos são fundamentais para a manutenção, limpeza e organização dos trabalhos, que encontravam-se abandonados e sem manutenções, há mais de 8 anos exemplo: o Campo de Futebol e outros locais da administração, estes investimentos são para atender melhor a comunidade jaraguariense e dar total condição de trabalho para a equipe”, afirmou o prefeito.



■ CÂMARA DE CAMAPUÃ

Almir quer recuperação de vicinal e contenção de erosão



Município precisa de mais melhorias, defende Lellis

Por meio de indicações ao prefeito Delano Huber e seus assessores, entre os quais o secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Wilson Catarino da Costa, o vereador Lellis Ferreira da Silva reivindica diversos investimentos em melhorias para Camapuã. Para a Vía Izolina, um de seus pedidos é o parlamento e cascalhamento da Rua Gláucio Pereira do Vale. Para o Bairro Jardim do Éden, o parlamentar reivindica serviços de limpeza e também uma caçamba à disposição da comunidade. “A caçamba se faz necessária, pois os moradores não têm onde depositar seus entulhos e muitas vezes os descartam em locais inadequados.



Isso acaba poluindo o local, além de contribuir com a proliferação de insetos e animais peçonhentos”, justificou.

Também é de autoria de Lellis a formalização de indicação sugerindo ao presidente da Câmara, vereador Almir Ávila (PMDB), com cópia ao 1º secretário, vereador

Aloízio Targino (PSB), a entrega do Diploma de Mérito Esportivo a Marcos Trindade. Com destacada atuação nas competições de motocross em 2017, Marquinhos tornou-se um dos principais nomes do esporte em Mato Grosso do Sul, projetando Camapuã e justificando a honraria.

Vereador Hugo Bomfim afirma que ninguém está acima da Lei

Em sessão ordinária realizada no último dia 2 de abril, na Câmara Municipal de Camapuã, o vereador Hugo Bomfim (DEM), afirmou na tribuna que ninguém está acima da Lei. Hugo lembrou que na campanha eleitoral, deixou claro para os dois candidatos a prefeito, que trabalharia em prol do povo, tudo que fosse em benefício da população ele seria a favor, e é isto que estamos fazendo, disse ele.

O vereador disse que não entende, como que a maior autoridade do município, gasta o dinheiro do contribuinte pagando rádio para dizer que vereador está perseguindo o prefeito.

Disse que nem prefeito, nem vereador e nem cidadão comum estão acima da Lei, e foram feitos licitações



por parte do executivo, em desobediência as leis, disse que está fazendo o que prometeu em campanha, fiscalizando, tanto ele como os demais vereadores, inclusive tem comissões processantes em curso na Câmara Municipal e ainda enfatizou, “todo mundo sabe como começa uma comissão processante, o que não se sabe é como

termina”. Tudo isso poderia ser evitado se tivesse sido respeitado as leis, que estão aí para serem cumpridas, completou o vereador.

Hugo lembrou que na última eleição, tiveram poucas opções para votar no executivo, ele espera que na próxima, aparece um mandatário que esteja engajado para o progresso de Camapuã.

Em expediente remetido ao prefeito Delano Huber e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Wilson Catarino da Costa, o vereador e presidente da Câmara, Almir Ávila (PMDB) solicitou a recuperação e a manutenção de vicinais de regiões produtoras de Camapuã, entre elas a estrada que dá acesso à propriedade do Sr Dervi, na região do

Córrego Fundo.

“A referida estrada foi muito maltratada pelas fortes chuvas e o tráfego, com isso, está precarizado. É fundamental que seja recuperada com a ação de parolas e o uso de cascalho, além de ter manutenção sistemática, tendo em vista sua importância para todos os moradores e trabalhadores que a utilizam”, reforçou o vereador.

Almir Ávila é autor da indicação que requereu também ao Executivo urgência no trabalho de contenção da erosão na Rua Mauá, nas proximidades do Clube das Mães, no distrito de Pontinha do Cocho. Ele destacou que a erosão afeta a normalidade do trânsito e cria um cenário de perigo para a integridade física das pessoas, aumentando os riscos de acidentes.

Vereador Ronnie cobra rápida manutenção das ambulâncias

Essenciais para garantir atendimento rápido aos doentes e até salvar suas vidas, as ambulâncias precisam estar sempre em condições de uso. No entanto, em Camapuã a rede publica ainda não conseguiu um sistema eficiente de manutenção que garanta aos usuários esta disponibilidade.

Essa preocupação levou o vereador Ronnie Sandro a cobrar da tribuna e com indicação ao prefeito Delano Huber mais agilidade na recuperação das viaturas da saúde que estão nas oficinas. “O município já é carente de ambulâncias. E alguns dos veículos utilizados para socorro encontram-se



parados em oficinas. Assim sendo, faz-se necessário o conserto imediato para o povo não ser privado desta atenção básica”, disse.

Ronnie Sandro também está empenhado em garantir junto à Prefeitura que sejam realizados os

serviços de patrolamento e cascalhamento das ruas da Vía Industrial. Ele argumenta: “As vias daquela região encontram-se repletas de buracos, dificultando em muito o trânsito de veículos e criando desafios para a segurança dos pedestres”.

Dra Márcia pede escrituração para mutuários de Camapuã

A vereadora Dra Márcia (PMDB), em solicitação ao prefeito Delano Huber (PSDB), defendeu que sejam providenciadas com urgência as escrituras definitivas de propriedade às pessoas contempladas com acesso à casa própria por meio do programas habitacionais em todo Município, em processo a ser iniciado no distrito de Pontinha do Cocho.

Com cópias à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a Judith de Lima Ilário, diretora do Setor de Habitação, e Francisco Pereira da Silva-, supervisor distrital, a indicação de Márcia baseia-se no Programa de Regularização Fundiária Urbana de Camapuã.

A vereadora exem-



plifica sua preocupação: “Os moradores do Residencial Bela Vista, na Pontinha do Cocho, adquiriram suas casas num programa habitacional em parceria com o Município, Governo

Estadual e Funasa. São 11 os proprietários que necessitam ter legitimados seus direitos de propriedade, que só são garantidos quando recebem a escritura definitiva”.

Panificadora e Mercado JL

JL SUPERMERCADO

3286-1749

Av. Manoel Alves Rodrigues, 280 - Vila João Leite de Barros
Fone: (67) 3286-3742 - Camapuã - MS

AUTO PEÇAS TRATORCAR

Fone: 3286-1771 - Cel. 9994-6615
E-mail: trator.car@brturbo.com.br

Rua Pedro Celestino 1000 - Centro - Camapuã MS

VETERINÁRIA 3 IRMÃOS

Produtos veterinários, sal mineral, arames e rações em geral

RUA PEDRO CELESTINO, 1084 - CAMAPUÃ - MS
FONE: (67) 3286-3485

CAMAPUÃ

Prefeito sanciona Projeto de Lei ‘Prata da Casa’ criado pelo vereador Aloizio Targino

Em sessão ordinária realizada no último dia 10 de abril, na Câmara Municipal de Camapuã, foi aprovado por unanimidade pelos vereadores, o Projeto de Lei “Prata da Casa”.

O PL já foi sancionado pelo Prefeito Municipal Delano Huber (PSDB), de acordo com publicação no Diário Oficial do dia 13 de abril.

Esta Lei visa fomentar a participação dos artistas locais em eventos musicais que contem com apoio da iniciativa pública, sob qualquer forma.

Tem-se a expectativa de que, oportunizando aparições de artistas camapuanenses na abertura de shows

de maior estrutura, com maior público, terão eles a oportunidade de apresentarem seu trabalho, valorizarem a cultura, terem exposição e impulsionarem suas trajetórias.

Outrossim, nenhum prejuízo haverá para o poder público ou para os artistas do evento principal. Somente será cumprindo o dever constitucional que paira sobre os ombros do município, inserido nos artigos 23, V; 216-A, § 4º da Constituição Federal e em outras dezenas de dispositivos legais constitucionais e infraconstitucionais.

A valorização dos talentos, a oferta de oportunidades e a disponibilização

de cultura são, neste contexto, tarefas demasiadamente simples, ao alcance de todos os envolvidos, sem que existam justos motivos para não serem elementos de uma transformação no cenário cultural do município.

O Projeto visa incentivar talentos municipais visto que dispomos de vários conjuntos tradicionalistas, além de artistas em todos os estilos musicais de muita qualidade em nosso município.

“A empresa, associação, entidade, organizador de evento, ou similar, que receber subvenção social, ou financeira, ou auxílio financeiro, do Poder Público



Municipal ou através dele, para realização de Shows, exposições, eventos artísticos, culturais, musicais e similares, deverá obrigatoriamente destinar no mínimo 10% (dez por cento), do valor do recurso público recebido, para contratação de artista local para apresentação e/ou exposição no mesmo evento.”

Grupo da terceira idade volta a se reunir no salão conviver

A Secretaria Municipal de Assistência Social por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), promoveu hoje o início das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa Idosa. Esse é um serviço da proteção social básica que tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio e na prevenção de situações de risco social.

Na oportunidade estiveram presentes a Primeira Dama Elaine Huber, a Vice-prefeita Luzia Maidana e a Secretária de Assistência Social Márcia Suely Machado que deu as boas vindas aos idosos e



garantiu que não irá medir esforços para que o serviço seja realizado, pois o objetivo é favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a responsabilidade, os vínculos familiares e comunitários.

A Vice-prefeita parabenizou todos os funcionários

envolvidos na organização e destacou a importância do serviço pela Assistência Social e toda sua equipe.

Foi servido um delicioso almoço e os idosos ganharam ovos de chocolate em comemoração a páscoa. Eles ainda se divertiram com grandioso baile. O evento encerrou-se com o café da tarde.

Prefeito assina termo de colaboração com entidades

O Prefeito Delano Huber, assinou os termos de colaboração, que permitem repasse para associações de Camapuã. Os valores dos três termos assinados e, que serão repassados durante o ano de 2018, chegam à R\$ 276.000,00. Houve aumento nos repasses financeiros nos convênios com essas entidades. Foram assinados os termos que beneficiam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, a Associação Beneficente de Camapuã - Casa de Amparo as Crianças Carentes (Creche Menino Jesus) e a Associação dos Universitários de Camapuã – AUCA.

O repasse para a Apae passou de R\$ 91.200,00 reais no ano de 2017, para R\$ 96.000,00 reais em 2018. A Creche Menino Jesus recebeu R\$ 82.560,00 reais no ano



passado e, para este ano obteve aumento no repasse de 9,01% e vai receber R\$ 90.000,00 reais. Já a Associação dos Universitários (AUCA) recebeu em 2017 R\$ 83.000,00 reais e em 2018 vai receber R\$ 90.000,00 reais.

Segundo o prefeito Delano Huber, o aumento no repasse para essas associações, vai garantir a continuidade

dos atendimentos que elas prestam a população. “Sei do grande serviço que as entidades prestam para os camapuanenses. Neste sentido, enquanto estamos à frente da administração municipal, vamos dar apoio para que esses serviços continuem sendo oferecidos por elas,” comentou o Prefeito.

ALCINÓPOLIS

Município comemorou aniversário com Festa de Peão

Na noite de quarta-feira (18), o Sindicato Rural de Alcinópolis, com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal, deu início a 18ª Festa de Peão de Boiadeiro, em comemoração ao 26º aniversário da cidade. A abertura do evento contou com a presença do prefeito Dalmy Crisóstomo da Silva, acompanhado da primeira-dama, Ana Lúcia Maria de Assis, da vice-prefeita, Adriele Bocalan, do presidente do Sindicato Rural, Daniel Cochito, dos vereadores e secretários municipais.

Na voz dos locutores Antônio Rodrigues, Henrique Soares e Zé do Pires, 39 montarias encantaram o público presente, que vibrou a cada gineteada. “Meu muito obrigado novamente às autoridades estaduais, municipais, Sindicato Rural, secretários, comerciantes, pecuaristas e toda a população. Esta festa é nossa e graças às parcerias foi possível concretizar este grande anseio dos munícipes mais uma vez”, disse o prefeito emocionado.

O presidente da Câmara de Vereadores, Valdeci Pas-



sarinho, reforçou o discurso do prefeito ressaltando a importância de se trabalhar com respeito e união. “Um sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho, um sonho que se sonha junto torna-se realidade. Vivemos um momento harmonioso

entre Câmara e Prefeitura e isto vem rendendo bons frutos à população”, enfatizou o presidente.

Na noite de quinta-feira (19) o rodeio continuou com 29 montarias, quatro delas de peões alcinopolenses.

COSTA RICA

4ª edição da Queima do Alho será realizada dia 13 de maio no Clube do Laço 3 Divisas

O Governo de Costa Rica – MS por meio da Subsecretaria de Administração em parceria com o Clube de Laço Três Divisas, realiza no próximo dia 13 de maio (domingo), mais uma edição da Queima do Alho.

A 4ª Queima do Alho faz parte do calendário de eventos do 38º Aniversário de Emancipação Político-administrativa de Costa Rica e será realizada no Clube do Laço 3 Divisas.

As inscrições para 4ª edição da Queima do Alho pode ser realizada no período de 23 de abril a 09 de maio, na sede da Subsecretaria de Administração que fica em anexo ao Paço Municipal. Para mais informações no telefone (67) 3247 7168.

Conforme a subsecretária Municipal de Administração Liliane de Campos, neste ano os pratos que serão julgados são: arroz carreteiro, feijão tropeiro e paçoca de carne. Também serão avaliados a higiene, organização, traíes e originalidades das equipes. “O evento terá a participação de júri específico para cada prato”, complementa a gestora.

“Os participantes



inscritos na 4ª edição da Queima do Algo vão receber um kit de alimentos (carne, arroz, cebola, alho, óleo, feijão, bacon, calabresa, farinha de mandioca e farinha de milho) para que todos façam uso dos mesmos ingredientes na hora do preparo dos pratos”, explicou Liliane Campos.

Para o prefeito Waldeli dos Santos Rosa a cada ano o evento vem se destacando e atraindo participantes da cidade e região. “É muita satisfação termos esse evento no nosso calendário cultural, mais gratificante ainda é termos essa festa como parte da programação de aniversário de Costa Rica”.

As pontuações vão seguir os seguintes quesitos: Carreteiro (degustação do prato) 3,5 pontos; Feijão

tropeiro (degustação do prato) 2 pontos; Paçoca de carne (degustação do prato) 1,5 pontos; Traíes e originalidade 2 pontos e higiene e organização 1 ponto.

Confira abaixo como será feita a premiação para os participantes

1º lugar – R\$ 2.000,00 + Troféu + Medalhas
2º lugar – R\$ 1.500,00 + Troféu + Medalhas
3º lugar – R\$ 1.000,00 + Troféu + Medalhas

Categoria local
1º lugar – R\$ 1.000,00 + Troféu + Medalhas
2º lugar – R\$ 500,00 + Troféu + Medalhas

Os resultados serão divulgados após o julgamento, com entrega da premiação em dinheiro, troféus e medalhas.

BANDEIRANTES

Município é contemplado com mais uma Patrulha Mecanizada

Aconteceu no sábado (14) a entrega de mais uma Patrulha Mecanizada para o município de Bandeirantes. O ato contou com a presença do prefeito Álvaro Urt, da deputada federal Terеза Cristina, do Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Família (SE-MAGRO), Jaime Verruck, e do diretor-presidente da Agraer, André Nogueira Borges.

A Patrulha Mecanizada é

composta por um agrícola de 85 CV 4×4, uma grade aradora intermediária com 14 discos e uma calca-readeira que ficará sob responsabilidade da Prefeitura para contribuir com o atendimento de diversas famílias agrícolas no município.

Ao todo, os equipamentos somam R\$130 mil em investimentos, proveniente de emenda parlamentar via Governo do Estado, através da Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural).

“O conjunto de máquinas vem para fomentar a agricultura do nosso município, sendo que, ao mesmo tempo, contribui com a qualidade de vida de muitas famílias que trocarão algumas atividades braçais pelo serviço mecanizado. Como possuímos muitos assentamentos, nossos equipamentos acabam não dando conta de atender a todos os produtores mas com essa nova Patrulha, poderemos dividir os serviços”, comentou o prefeito Álvaro Urt.



Prefeitura faz cascalhamento e manutenção nas ruas do bairro Jardim São Bento

A equipe da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos está realizando os serviços de manutenção e cascalhamento das ruas do Bairro. Os moradores que estavam enfrentam dificuldades em se locomover pela localidade, agora com a

conservação das ruas vão poder ir e vir com mais facilidade. “Agora com a diminuição das chuvas vamos poder atender aos bairros que necessitam de serviço de manutenção em suas ruas, como é o caso aqui do Jardim São Bento”, disse o Prefeito Delano Huber.



Um problema no calçamento de paralelepípedo na rua Pedro Catarino da Costa está sendo resolvido. Uma equipe de especialistas em calçamento desta natureza desempenha o trabalho naquela localidade. Os serviços de manutenção nas ruas serão realizados em todo o bairro.

Para o Prefeito Delano Huber, é importante que serviços desta natureza sejam realizados. “Estamos trabalhando para que todas as ruas do bairro passem pelas manutenções adequadas. Isso vai proporcionar mais tranquilidade para os moradores, pois não vão conviver mais com os buracos nas ruas”, disse ele.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONVITE Nº 001/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018

Em face ao julgamento e classificação das propostas constantes da Ata de Julgamento do Processo de Licitação Pública, modalidade Convite nº 001/2018, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica às Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissão Processante instauradas na Câmara Municipal, desencadeadas pelas Resoluções nº. 002, 003 e 004/2018, em atendimento aos Presidentes das Comissões, devendo acompanhar todo trâmite, reuniões pré-agendadas e extraordinárias, emitindo Parecer e demais atos necessários aos desenvolvimento dos trabalhos, HOMOLOGO os procedimentos da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Camapuã – MS, bem como, ADJUDICO o objeto, do referido Convite a favor empresa Heitor Miranda Guimarães Sociedade Individual de Advocacia, no valor total de R\$ 20.250,00 (vinte mil, duzentos e cinquenta reais).

Camapuã – MS, 16 de abril de 2018.

ALMIR DE OLIVEIRA ÁVILA
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/2018

PARTES: Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã e Heitor Miranda Guimarães Sociedade Individual de Advocacia. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria

jurídica às Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissão Processante instauradas na Câmara Municipal, desencadeadas pelas Resoluções nº. 002, 003 e 004/2018, em atendimento aos Presidentes das Comissões, devendo acompanhar todo trâmite, reuniões pré-agendadas e extraordinárias, emitindo Parecer e demais atos necessários aos desenvolvimento dos trabalhos. VALOR GLOBAL: R\$ 20.250,00 (vinte mil duzentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. PRAZO: 16/04/2018 a 16/08/2018. ASSINAM: Almir de Oliveira Ávila – Presidente, Contratante; e, Heitor Miranda Guimarães, Pela Contratada. DATA: 16 de abril de 2.018.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA LICITATÓRIA Nº 002/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018
DESPACHO: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ
ASSUNTO: Contratação de Empresa para recarga de extintores.

1. Declaro Dispensável de Licitação a contratação da empresa Genesio Antônio Girolometto ME para prestação de serviço de recarga de extintor e teste de cilindro, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã, no valor total de R\$ 1.572,00 (um mil quinhentos e setenta e dois reais), considerando os Pareceres Jurídico e Técnico, que com fulcro no Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, ressaltam a dispensabilidade.
2. Publique-se para fins do disposto no art. 26, da Lei Federal nº

8.666/93, de 21 de junho de 1.993, no Diário Oficial dos Municípios, site ASSOMASUL.

Camapuã - MS, 19 de abril de 2018.

ALMIR DE OLIVEIRA ÁVILA
PRESIDENTE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA LICITATÓRIA Nº 002/2018.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018.
DESPACHO: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGA DE EXTINTORES.

Declaro Dispensável de licitação à contratação da empresa Genesio Antônio Girolometto ME para prestação de serviço de recarga de extintor e teste de cilindro, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã, no valor total de R\$ 1.572,00 (um mil quinhentos e setenta e dois reais), considerando os Pareceres Jurídico e Técnico, que com fulcro no Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, ressaltam a dispensabilidade. Publique-se para fins do disposto no art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, no Diário Oficial dos Municípios, site ASSOMASUL.

Camapuã – MS, 19 de abril de 2018.

ALMIR DE OLIVEIRA ÁVILA
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMAPUÃ
RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Mês: Março



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMAPUÃ
RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ/MS

Quality Sistemas

Exercício: 2018

Mês atual: Março

Anexo 11 - Lei 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Red.	Dotação	Títulos	Autorizada		Acumulado	Realizada		Saldo a
			Crédito Orçamentário	Suplementar Especial/Extraord		Empenhado Mês Liquidado Mês Pago Mês	Empenhado Ano Liquidado Ano Saldo a Liquidar Saldo a Pagar	
Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO								
Unid.: 001 Câmara Municipal de Camapuã								
1008								
Aquisição de Equipamentos em Geral								
1	01.031.0001-4.3.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	53.500,00	0,00	53.500,00	0,00	2.620,00	50.880,00
				0,00		0,00	2.620,00	0,00
				0,00		0,00	2.620,00	0,00
Total Projeto Atividade.....			53.500,00	0,00	53.500,00	0,00	2.620,00	50.880,00
				0,00		0,00	2.620,00	0,00
1009								
Manutenção/Reparo e Ampliação do Prédio da Câmara								
2	01.031.0001-4.3.90.51.00.00	Obras e Instalações	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
Total Projeto Atividade.....			1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
2078								
Manutenção do Processo Legislativo								
3	01.031.0001-3.1.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
6	01.031.0001-3.1.90.11.00.00	Subsídio Vereadores	700.800,00	0,00	700.800,00	0,00	700.800,00	0,00
				0,00		58.400,00	175.200,00	525.600,00
				0,00		58.400,00	175.200,00	525.600,00
6	01.031.0001-3.1.90.11.10.00	Subsídio Presidente da Câmara	87.600,00	0,00	87.600,00	0,00	87.600,00	0,00
				0,00		7.300,00	21.900,00	65.700,00
7	01.031.0001-3.1.90.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	760.000,00	0,00	760.000,00	48.974,79	143.920,04	616.079,96
				0,00		48.974,79	143.920,04	0,00
				0,00		48.974,79	143.920,04	0,00
7	01.031.0001-3.1.90.13.02.00	Obrigações Patronais Para o INSS	250.000,00	0,00	250.000,00	17.618,18	53.606,89	196.393,11
				0,00		17.618,18	53.606,89	0,00
				0,00		17.618,18	53.606,89	0,00
8	01.031.0001-3.1.90.04.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
9	01.031.0001-3.1.91.13.04.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio - RPPS	94.610,00	0,00	94.610,00	6.786,63	20.305,68	74.304,32
				0,00		6.786,63	20.305,68	0,00
				0,00		6.786,63	20.305,68	0,00
10	01.031.0001-3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	105.000,00	0,00	105.000,00	765,00	765,00	104.235,00
				0,00		765,00	765,00	0,00
				0,00		765,00	765,00	0,00
11	01.031.0001-3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	86.990,00	0,00	86.990,00	160,00	79.439,02	8.550,98
				0,00		7.517,15	7.517,15	70.921,87
				0,00		7.517,15	7.517,15	70.921,87
12	01.031.0001-3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
13	01.031.0001-3.3.90.35.00.00	Serviços de Consultoria	124.500,00	0,00	124.500,00	0,00	112.800,00	11.700,00
				0,00		0,00	9.400,00	84.600,00
				0,00		0,00	9.400,00	84.600,00
14	01.031.0001-3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
15	01.031.0001-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	520.000,00	0,00	520.000,00	14.333,97	259.071,63	224.928,37
				0,00		28.324,40	97.750,48	197.321,15
				0,00		28.324,40	97.750,48	197.321,15
16	01.031.0001-3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00
Total Projeto Atividade.....			2.745.500,00	0,00	2.745.500,00	88.650,87	1.495.928,28	1.259.571,72
				0,00		185.098,15	549.145,24	844.143,02
				0,00		185.098,15	549.145,24	844.143,02
Total Órgão/Unidade.....			2.800.000,00	0,00	2.800.000,00	88.650,87	1.495.928,28	1.304.071,74
				0,00		185.098,15	551.785,24	844.143,02
				0,00		185.098,15	551.785,24	844.143,02
Total Geral.....			2.800.000,00	0,00	2.800.000,00	88.650,87	1.495.928,28	1.304.071,74
				0,00		185.098,15	551.785,24	844.143,02
				0,00		185.098,15	551.785,24	844.143,02

Anexo 11 - Lei 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

ALMIR DE OLIVEIRA ÁVILA
Presidente

ALDIZO TARGINO FERREIRA CONCEIÇÃO
1º Secretário

ELISÂNGELA DA SILVA BARBOSA
CONTADORA-CRCMS/MS 010460/O-7

ALMIR DE OLIVEIRA ÁVILA
Presidente

ALDIZO TARGINO FERREIRA CONCEIÇÃO
1º Secretário

ELISÂNGELA DA SILVA BARBOSA
CONTADORA-CRCMS 010460/O-7

Balancete Financeiro

Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total

■ POLÍTICA

Senador Pedro Chaves consegue a inclusão da educação alimentar nas escolas



FOTOS ASSESSORIA

O senador Pedro Chaves (PRB) conseguiu mais uma vitória para o ensino brasileiro. Texto substitutivo

dele ao Projeto de Lei da Câmara (PLC 102/2017) que trata da inclusão da educação alimentar e nutricional nos currículos

dos ensinos fundamental e médio, foi aprovado nesta terça-feira (17), no Plenário do Senado. O tema que tem como

principal objetivo diminuir a obesidade infantil fará parte das disciplinas de ciências e biologia. As novas regras entram em vigor 180 dias depois da sanção do projeto.

Para Pedro Chaves, o tema é de grande importância nos tempos atuais, em que adultos com pouca formação ou com hábitos alimentares inadequados terminam por reforçar o interesse de crianças e adolescentes por uma dieta pouco nutritiva.

“O acesso das crianças e adolescentes à alimentação não ocorre só no âmbito familiar, mas em muitos espaços sociais, e muitas vezes sem orientação. E, mais que isso, às vezes, adultos com hábitos inadequados acabam reforçando o interesse deles nas

dietas pouco nutritivas”, alertou.

Ainda segundo o senador, o resultado da má alimentação tem sido o aumento da obesidade entre os jovens, causando outros problemas como diabetes e problemas cardíacos, além de consequências negativas para a autoimagem e o bem-estar.

“Mesmo se considerarmos que a obesidade não está sempre associada a fatores alimentares, podendo ter causas genéticas ou relacionadas a estilos de vida e metabolismo, controlar o fator alimentação é importante para qualquer pessoa.

Alimentação não é só fonte de energia, é também saúde, prazer, alegria e sociabilidade”, finalizou o senador.

CURRÍCULO - São disciplinas obrigatórias do ensino básico: português, matemática, “conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (ciências e estudos sociais), além de arte e educação física. Entre os conteúdos transversais previstos, estão: direitos humanos e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A partir do sexto ano do ensino fundamental é ofertada a língua inglesa. Os currículos têm uma base nacional comum, que é complementada por uma parte diversificada, de acordo com características regionais e locais.

Em seminário, Mara Caseiro destaca papel do setor público no atendimento em Odontologia



A deputada estadual Mara Caseiro (PSDB) participou na sexta-feira (20) do II Seminário de Odontologia Pública de Mato Grosso do Sul, na sede do CRO (Conselho Regional de Odontologia). Ela destacou o importante papel do setor público no atendimento a crianças e adultos no Estado. “É de extrema importância essa troca de experiências, para que os municípios

possam levar conhecimento e boas experiências, sempre buscando o que há de melhor em saúde bucal, sobretudo para as cidades do interior do Estado”, comentou a parlamentar.

Como exemplo, Mara citou um projeto que está em processo de elaboração no município de Eldorado, no Conesul do Estado, para a criação da “Bebê Clínica”.

“Em conversa com a secretária Karin, de Eldorado, falamos sobre esse projeto. Essa questão de começar lá do início, não era pensada no passado. Hoje a nossa saúde pública já começa a pensar na prevenção de fato”, detalhou.

Mara concluiu enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo CRO, que é presidido por José Wilson Bastos, e toda a comissão organizadora do seminário, em especial aos cirurgiões dentistas Silvânia Silveira e Gilmar Veronese.

O II Seminário de Odontologia Pública de Mato Grosso do Sul prossegue até as 18h desta sexta-feira, com palestras de Gilberto Alfredo Pucca, ex-coordenador de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, e Érika Luiza da Silva Feller, coordenadora de Saúde Bucal do Estado do Paraná.

Deputado Dagoberto defende áreas de livre comércio e banco do Centro-Oeste

O deputado Dagoberto Nogueira (PDT) defendeu em discurso no Plenário da Câmara a criação de áreas de livre comércio em Ponta Porã e Corumbá assim como o estabelecimento do banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O discurso foi divulgado na Voz do Brasil fortalecendo assim a análise dessas propostas que já estão avançando na Câmara e no Senado. Somente com os desenvolvimento econômico e social que a criminalidade irá diminuir em Mato Grosso do Sul.

O banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste (BCO) voltado unicamente aos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e ao Distrito Federal preencherá uma lacuna histórica. O objetivo do PL 442/2015 é viabilizar essa ferramenta econômica para a única Região que ainda não conta



com um banco. Assim, os financiamentos de indústrias e empresas não dependerão apenas do atual sistema bancário. Taxas diferenciadas de juros e prazos mais longos serão os diferenciais para atrair e consolidar empresas na Região.

“O Centro-Oeste, celeiro do nosso país, é a única região do país que não conta com um banco de desenvolvimento. Isso precisa mudar”,

declarou Dagoberto.

Já as áreas de Livre comércio em Ponta Porã e Corumbá vão revolucionar as economias locais. O Projeto de Lei 533/2015 que foi aprovado aqui nesta Casa em abril vai garantir isenções fiscais para empresas que se instalem nesses municípios da fronteira. Este diferencial vai atrair indústrias e gerar empregos. Nos moldes de outras áreas como a Zona Franca de Manaus, a iniciativa vai melhorar a qualidade de vida da população e diminuir a criminalidade. O senado deve votar essa matéria em breve.

É com essa lei que vamos combater o tráfico e, acima de tudo, promovermos o desenvolvimento e o emprego para a região”, afirmou Dagoberto.

O deputado Dagoberto também defendeu a união dos partidos de esquerda nessas eleições de 2018.

■ CAMAPUÃ

Prefeitura faz manutenção na via que dá acesso ao bairro Coophavale

A Secretaria de Infraestrutura realizou os serviços de manutenção, ao lado da BR 060, na entrada do bairro Coophavale. Com as chuvas dos últimos meses, foi deteriorando parte do aterro que fica ao lado da rodovia.

Antes, os moradores para ter acesso ao bairro, passavam com dificuldade por aquele local. Agora com a manutenção e colocação de cascalho o problema foi resolvido.



■ CONSCIENTIZAÇÃO

Escola Sudalydio Rodrigues Machado realiza conferência sobre Meio Ambiente

A escola municipal realizou na última sexta-feira (13) a quinta Conferência Nacional InfantoJuvenil pelo Meio Ambiente, com o tema “Vamos cuidar do Brasil cuidando das Águas”. O objetivo principal, é conscientizar a comunidade escolar sobre a poluição, o desperdício e a conservação da água. O evento contou com a presença

da Secretária Municipal de Educação, Andréia Santos Ferreira da Silva e dos palestrantes, Almir Ávila Júnior Secretário de Agronegócio, Empreendedorismo e Meio Ambiente, além de Fabiano Suris, Supervisor da Sanesul. Eles enfatizaram a importância de cuidar e proteger o meio ambiente, evitando a poluição e o desperdício de água.

Na oportunidade, foram apresentadas maquetes sobre poluição, degradação, preservação e conservação de rios, um vídeo mostrando a carta dos anos 70 versão 2016, apresentação cultural e a eleição de delegado e suplente que representarão a escola nas próximas etapas das conferências municipal, estadual e nacional.

■ EDUCAÇÃO

UEMS abre vagas para portadores de diploma no polo da UAB de Camapuã

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul está com 260 vagas abertas, em 54 cursos de graduação. Para Camapuã são 16 vagas. O edital, além trazer a quantidade de vagas, explica quais os critérios para o ingresso de portador de diploma de curso superior para obtenção de novo diploma de graduação.

Os pedidos de inscrições deverão ser protocolados, pessoalmente ou por procuração simples, nas secretarias acadêmicas dos respectivos cursos, nos dias 16 e 17 de abril de 2018, com a seguinte documentação:

- Requerimento para Ingresso como Portador de Diploma, devidamente preenchido, ANEXO II do edital;
- Diploma de curso superior de graduação, devidamente registrado - uma cópia;



- Histórico escolar do curso de graduação, contendo carga horária e notas das disciplinas cursadas com aprovação - uma cópia;
- Tabela de conversão do sistema de avaliação de conceitos em notas, quando for o caso, se não constar do histórico escolar;
- Programas das disciplinas cursadas com aprovação, devidamente visadas pela instituição

de ensino superior - uma cópia. Em Camapuã, os interessados devem procurar o Polo da Universidade Aberta do Brasil, que fica na rua Ferreira da Cunha, nº 200, anexo ao prédio da escola municipal Ernesto Sólton Borges. Os telefones de contato do Polo são: (67)3286-3333 ou 9621-8499

O edital está no link: http://www.portal.uems.br/registro_academico/editais

CAMAPUÁ

Prefeitura faz aquisição de equipamentos para a cantina central

Com o intuito de modernizar os equipamentos na cantina, onde é realizado o preparo da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, a Prefeitura adquiriu diversos aparelhos para a Secretaria de Educação que vão agilizar o processo na hora de trabalhar com os alimentos.

São fornos industriais de grande e média capacidade, balança, marmitão térmico para transporte da merenda, liquidificadores e processadores industriais, tábuas para corte de carnes de diversos tamanhos, formas em inox de grande capacidade, caixas para armazenamento de alimentos e grades para forno a gás.

Para o prefeito Delano



Huber esses equipamentos vão auxiliar os profissionais no preparo da merenda que é distribuída para os alunos do município. “Desde que assumimos a administração, estamos dando suporte para que os profissionais possam

desempenhar suas funções da melhor maneira possível e na cantina municipal não é diferente. Com esses objetos, além de melhorar a estrutura de trabalho, contribuímos para uma merenda de qualidade”, disse ele.

Prefeito e vice se reúnem com moradores da Vila Industrial

Na quinta-feira (12), o Prefeito Delano Huber acompanhado da Vice, Luzia Maidana e dos Vereadores Ronie Sandro e Antônio Borracheiro, conversaram com os moradores da Vila Industrial.

Entre os diversos temas abordados, a questão da limpeza no bairro foi o mais comentado.

O Prefeito explicou aos presentes, que está em andamento pela cidade a Campanha de Limpeza Urbana.

A cidade foi dividida por setores e que a cada final de semana a campanha acontece em um local diferente.

No bairro Industrial, as ações vão ocorrer nos dias 04 e 05 de maio.



Na localidade, o salão comunitário já está recebendo obras de reforma. A expectativa é que dentro de 90 dias, aconteça a entrega do espaço, já pronto, para a comunidade.

Os moradores que compareceram, agradeceram ao Prefeito pela presença e solicitaram mais espaços como este, para que possam conversar sobre as demandas do bairro.

Com recurso próprio, Prefeitura compra caminhão basculante

Com o objetivo de modernizar a frota e dar suporte para a realização de serviços nas estradas vicinais e nas ruas da cidade, a Prefeitura de Camapuá adquiriu um caminhão basculante 0 km que já está no município.

O investimento foi de R\$ 328 mil provenientes da própria Prefeitura.

O veículo é da marca Volkswagen, modelo 26-280 6x4, com cabine tipo avançada basculavel metálica, 06 cilindros eletrônico e já está à disposição da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

“Nosso município tem uma malha vária muito extensa e sabemos que a aquisição de um veículo como este é



de extrema importância. Vai contribuir para que serviços possam ser realizados com mais eficiência nas estradas rurais e até mesmo aqui na cidade”, disse o prefeito Delano Huber.

Estiveram presentes na

entrega do caminhão, além do Prefeito Delano, a Vice Luzia Maidada, O Secretário de Agronegócio Almir Júnior, os vereadores Ronie Sandro, Antônio borracheiro, Chitão e o Presidente da Câmara Almir Ávila.

Escola Ernesto Sólon Borges realiza conferência sobre meio ambiente

Com o tema: Vamos cuidar do Brasil cuidando das águas, a escola municipal realizou no plenário da Câmara de Vereadores, a quinta conferência infantojuvenil pelo meio ambiente.

Os objetivos principais e que foram os eixos de debate foram à situação dos rios na atualidade e as relações com o estilo de desenvolvimento de nosso município, com referência a formação dos alunos; examinar estratégias escolares para incorporação na aprendizagem dos alunos durante seu processo de desenvolvimento, além de estabelecer uma conversa



cooperativa entre alunos, entidades responsáveis e Secretaria do Meio Ambiente para prever ameaças ambientais e prestar socorro em casos emergenciais.

A conferência infanto-

juvenil, é uma ação de educação ambiental que busca estimular a pesquisa e a participação democrática nas escolas para dialogar e refletir sobre as questões socioambientais.

UM DESCUIDO DESSE TAMANHO FAZ TODA DIFERENÇA.

GUARDE AS GARRAFAS DE CABEÇA PARA BAIXO

COLOQUE AREIA NOS PRATINHOS DOS VASOS

COLOQUE O LIXO EM SACOS PLÁSTICOS E MANTENHA AS LIXEIRAS TAMPADAS

GUARDE PNEUS EM LOCAIS COBERTOS

DENUNCIE POSSÍVEIS FOCOS DO MOSQUITO.

FAÇA PARTE DAS AÇÕES DE LIMPEZA DA SUA COMUNIDADE COMEÇANDO EM CASA.

PREFEITURA DE CAMAPUÁ